



# **Demandas Sociais do Brasil Contemporâneo**

**Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)**



**Atena**  
Editora

**Ano 2021**



# **Demandas Sociais do Brasil Contemporâneo**

**Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)**



**Atena**  
Editora

**Ano 2021**

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrááo Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Demandas sociais do Brasil Contemporâneo

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Correção:** Flávia Roberta Barão  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Thaislayne Nunes de Oliveira

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D371 Demandas sociais do Brasil contemporâneo / Organizadora  
Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa - PR:  
Atena, 2021.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5706-757-4  
DOI 10.22533/at.ed.574212701

1. Organização social e política. 2. Demandas sociais.  
3. Brasil. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de (Organizadora). II.  
Título.

CDD 320.40981

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

### Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Caro leitor, a coletânea “Demandas Sociais no Brasil Contemporâneo” reúne uma pluralidade de discussões presentes na atual conjuntura brasileira. O exemplar aborda os seguintes temas centrais: a pandemia COVID19, desigualdade ambiental fruto dos resíduos sólidos, as vulnerabilidades das pessoas em situação de rua, a irrigação que não alcançou regionalmente a todos, as experiências de uma comunidade baixa renda, a discussão sobre a violência, a análise da masculinidade no contexto escolar e ainda temos a possibilidade conhecer a supervisão acadêmica no Serviço Social (na Argentina).

O livro foi estruturado em nove capítulos, com abordagens que suscitam a importância de considerarmos as diferentes e complexas problemáticas enfrentadas pelo Brasil na contemporaneidade.

O capítulo 1 apresenta a discussão acerca da proteção social emergencial diante da pandemia COVID19 e foi elucidado a partir do Estado do Amazonas. Este texto é extremamente atual e sua discussão é pertinente para o cenário brasileiro e mundial.

O capítulo 2 expõe um estudo de caso sobre os resíduos sólidos e a situação de Belém do Pará. O autor refere os resíduos como um problema social, bem como aumento da desigualdade ambiental e a deterioração das condições da vida urbana regional.

O capítulo 3 discorre sobre a vulnerabilidade e a bioética, sobretudo refletindo o conceito de vulnerabilidade acerca das pessoas em situação de rua.

O capítulo 4 exhibe a discussão sobre o esvaziamento das áreas de sequeiro no município de Petrolina, em Pernambuco. A análise tem como recorte temporal a implantação dos Projetos Públicos de Irrigação, sendo identificada a distância das comunidades sequeiras para os locais com irrigação, esvaziamento da comunidade e posterior mudança (local) no estrato social.

O capítulo 5 priorizou a discussão sobre a promoção da saúde direcionada às pessoas em situação de rua. Em especial a discussão acerca dos direitos garantidos, ou melhor, o direito a ter direito. Experiência com lócus na cidade de Manaus.

O capítulo 6 oferece elementos sociohistóricos sobre a comunidade baixa renda em Aracajú, Sergipe. Apresenta a história local da cidade a partir da reflexão sobre os determinantes históricos e culturais presentes. Trata-se de estudo a partir da memória dos próprios moradores e tem como metodologia a análise do discurso.

O capítulo 7 abordou a violência como tema central. Os autores apontam a violência como grave problema em saúde pública, sobretudo com abordagem para as crianças devido à compreensível vulnerabilidade. O estudo de caso foi realizado no Espírito Santo e priorizou uma das tipificações da violência, a tortura.

O capítulo 8 aborda o combate à masculinidade tóxica no espaço escolar. É um texto que trabalha com a pluralidade do espaço escolar e pondera a necessidade da discussão

da diversidade. O trabalho é resultado de um estudo local realizado no Mato Grosso, que visa abordar discussões contemporâneas e ratificar a importância do espaço escolar como enfrentamento a violência.

O capítulo 9 proporciona a discussão sobre supervisão acadêmica em Serviço Social. O estudo apresenta a análise realizada durante uma das disciplinas (teórico prática) oferecidas pelo curso de Serviço Social, a partir da experiência em uma universidade (na Argentina).

Como foi possível perceber, existe uma gama variada presente neste livro. Tanto no que se refere aos tipos de discussões realizadas pelos autores, como ainda das diferentes experiências locais, de diferentes regiões do Brasil. Logo, trata-se de uma leitura primordial, que certamente contribui efetivamente como referencial teórico contemporâneo.

Thaislayne Nunes de Oliveira

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

PROTEÇÃO SOCIAL EMERGENCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO ESTADO DO AMAZONAS

Dayana Cury Rolim

**DOI 10.22533/at.ed.5742127011**

### **CAPÍTULO 2..... 13**

SOCIEDADE, MOVIMENTO SOCIAL E A QUESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto

Suelen Reis da Conceição

Fabrcio Tavares de Moraes

**DOI 10.22533/at.ed.5742127012**

### **CAPÍTULO 3..... 26**

VULNERABILIDADE E BIOÉTICA

Jorge Tarachuque

**DOI 10.22533/at.ed.5742127013**

### **CAPÍTULO 4..... 32**

CURRAL QUEIMADO UM RETRATO DO ESVAZIAMENTO DAS ÁREAS DE SEQUEIRO DO MUNICÍPIO DE PETROLINA (PE)

Elijalma Augusto Beserra

Maria Helena Maia e Souza

Maria Augusta Maia e Souza Beserra

**DOI 10.22533/at.ed.5742127014**

### **CAPÍTULO 5..... 46**

ENTRE O DIREITO A TER DIREITOS E A PROMOÇÃO DA SAÚDE Á POPULAÇÃO DE RUA

Rosiane Pinheiro Palheta

Jacqueline Cavalcanti Lima

Raquel Lira de Oliveira Targino

Maria de Nazaré Feitosa

Hudson André Arouca Cauper

Lúcia Helena de Araújo Jorge

Samuel Monteiro do Nascimento Barbosa

Cassiano Alencar de Vasconcelos Dias Jimenez

Alex Araújo Rodrigues

Evelyn Fernanda de Oliveira, Santoro

Lucélia Regina Pacheco de Araújo

Larissa Carvalho Dahmer

**DOI 10.22533/at.ed.5742127015**

### **CAPÍTULO 6..... 65**

ESTUDO HISTÓRICO DE UM CONJUNTO HABITACIONAL POPULAR A PARTIR DAS

## MEMÓRIAS DOS MORADORES

Elza Francisca Corrêa Cunha  
Neilson Santos Meneses  
Carmelita Rikelly Santos de Souza  
Isabela dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.5742127016**

## **CAPÍTULO 7..... 78**

### **TORTURA NA INFÂNCIA: ANÁLISE DOS CASOS NOTIFICADOS NO ESPÍRITO SANTO**

Franciéle Marabotti Costa Leite  
Márcia Regina de Oliveira Pedroso  
Letícia Peisino Buleriano  
Luíza Eduarda Portes Ribeiro  
Fábio Lúcio Tavares  
Edleusa Gomes Ferreira Cupertino  
Odelle Mourão Alves

**DOI 10.22533/at.ed.5742127017**

## **CAPÍTULO 8..... 90**

### **CAMINHOS PARA COMBATER A MASCULINIDADE TÓXICA NO ESPAÇO ESCOLAR**

Kaique Alves de Sousa  
Evilen Godoi  
Maria Aparecida da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.5742127018**

## **CAPÍTULO 9..... 99**

### **NOTAS PARA SUPERVISÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL**

Mariana Hasen

**DOI 10.22533/at.ed.5742127019**

## **SOBRE A ORGANIZADORA..... 110**

## **ÍNDICE REMISSIVO..... 111**

# CAPÍTULO 1

## PROTEÇÃO SOCIAL EMERGENCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO ESTADO DO AMAZONAS

*Data de aceite: 01/02/2021*

*Data de submissão: 01/11/2020*

**Dayana Cury Rolim**

Sociedade e Cultura na Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas  
Manaus, Amazonas  
<https://orcid.org/0000-00001-7485-8956>

**RESUMO:** Discute-se neste texto a proteção social emergencial no cenário da pandemia da covid-19 voltada à população em situação de vulnerabilidade social, no estado do Amazonas. A pandemia da covid-19 causada pelo vírus SARS-CoV-2 tem impactado a população em escala global e os que vivenciam a vulnerabilidade são atingidos mais fortemente, sobretudo em países como o Brasil onde se intensificaram as desigualdades sociais. Adotou-se o levantamento de dados em jornais do Amazonas, site da Secretaria Estadual de Assistência Social do Amazonas (SEAS), Secretaria de Estado da Saúde (SES) e órgãos oficiais como IBGE e MDS. O Amazonas ocupa o sexto lugar no ranking da extrema pobreza, sendo de grande importância a proteção social emergencial no momento de pandemia, porém ações efetivas e continuadas de políticas públicas intersetoriais precisam ser fortalecidas e garantidas seu orçamento pós-pandemia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Proteção Social Emergencial, Pandemia da covid-19, vulnerabilidade social.

### EMERGENCY SOCIAL PROTECTION IN THE CONTEXT OF THE COVID-19 PANDEMIC IN THE STATE OS AMAZONAS

**ABSTRACT:** This text discusses the emergency social protection in the scenario of the covid-19 pandemic aimed at the population in a situation of social vulnerability, in the state of Amazonas. The covid-19 pandemic caused by the SARS-CoV-2 virus has impacted the population on a global scale and those who experience vulnerability are hit the hardest, especially in countries like Brazil where social inequalities have intensified. Data collection was adopted in newspapers in Amazonas, the website of the State Secretariat for Social Assistance of Amazonas (SEAS), the Secretary of State for Health (SES) and official bodies such as IBGE and MDS. Amazonas occupies the sixth place in the ranking of extreme poverty, with emergency social protection at the time of the pandemic being of great importance, however effective and continuous actions of intersectoral public policies need to be strengthened and its post-pandemic budget guaranteed.

**KEYWORDS:** Emergency Social Protection, Covid-19 pandemic, social vulnerability.

### 1 | INTRODUÇÃO

O novo Coronavírus, denominado SARS-CoV-2, tem gerado a doença respiratória conhecida como covid-19. Esta doença foi identificada primeiramente em Wuhan, Hubei, China, em 1 dezembro de 2019, porém apenas

em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a Pandemia por covid-19.

Esta pandemia, de ordem planetária e simultânea, tem afetado de forma desigual os mais pobres, idosos, negros, indígenas e demais grupos tradicionais, reforçando a desigualdade da população mais vulnerável. São pessoas que apresentam dificuldades de manter o isolamento social devido ao trabalho informal na busca pela renda, assim como não possuem acesso ao saneamento básico, pouco ou nenhum acesso à rede pública de saúde e infraestrutura. Enfim, são vários os fatores que tornam a população de baixa renda mais expostas à contaminação pelo novo Coronavírus.

No Brasil, a desigualdade e a pobreza impõem sérios desafios em prover proteção social à população impactada pela retração econômica e que tem dificuldades de acesso às políticas sociais essenciais.

Nesse sentido, este artigo discute a proteção social emergencial no atendimento à população em situação de vulnerabilidade social no contexto da Pandemia da Covid-19 na realidade do estado do Amazonas. Para tanto, teve como procedimento metodológico o levantamento de dados em jornais do estado do Amazonas, site da Secretaria Estadual de Assistência Social do Amazonas (SEAS) e da Secretaria de Estado da Saúde (SES), além de órgãos oficiais como IBGE e MDS.

No Amazonas, a curva de contaminação da covid-19 apontou no mês de abril de 2020, uma quantidade atípica de óbitos por causas respiratórias que não foram oficialmente contabilizados como covid-19, indicando uma subnotificação de casos e óbitos do novo Coronavírus (LIMA, et. All, 2020).

Os impactos da pandemia são muitos, além da contaminação e dos óbitos, o desemprego tem deixado muitos cidadãos em situações desafiadoras. O Brasil tem atualmente mais pessoas desocupadas do que trabalhando.

De acordo com o IBGE (2020), o desemprego na pandemia bateu recorde, chegando a atingir 14 milhões de trabalhadores no Brasil, na última semana do mês de setembro. Os impactos da pandemia no mercado de trabalho têm sido enormes em todo o país, tendo o estado do Amazonas cerca de 301 mil novos desempregados até setembro de 2020.

Diante do cenário de intensas desigualdades sociais em tempos de pandemia, tende-se a um aumento da demanda por ações de proteção social, necessitando de respostas concretas do poder público, não só de auxílios emergenciais ou benefícios eventuais, mas de políticas sociais contínuas que assegure o direito de sobrevivência do cidadão.

## **2 | A ESSENCIALIDADE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DIANTE DOS EFEITOS DA PANDEMIADA COVID-19 À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO AMAZONAS**

Diante do cenário de pandemia as desigualdades sociais ficaram mais visíveis no cenário brasileiro, apontando a necessidade de um maior investimento nas políticas de proteção social. O país vive uma conjuntura de cortes no orçamento das políticas públicas, centralização dos gastos sociais públicos, impedindo a continuidade de muitas ações voltadas à população vulnerável, sinalizando um sistema de proteção social brasileiro frágil.

O Estado em determinadas ações tem suas funções diminuídas, tendo em vista a própria lógica do ideário neoliberal que minimiza o Estado e retira direitos importantes para o desenvolvimento das famílias e indivíduos vulneráveis. A equipe econômica do governo Bolsonaro atua com políticas neoliberais que desconsideram as políticas sociais, reduz recursos para a área social e atua com mínima interferência governamental.

Esse retrocesso social unido ao cenário de agravos que a pandemia tem colocado em diversas áreas, impacta diretamente às condições de vulnerabilidades sociais da população e territórios, além de aprofundar as desigualdades sociais, com incidência no campo das seguranças e provisões do SUAS.

A crise sanitária do novo Coronavírus exige iniciativas governamentais para o atendimento dos grupos mais vulneráveis e medidas de proteção social que possam reduzir os impactos da pandemia. Em 20 de março de 2020 o Decreto Presidencial nº. 10.282, elencou as atividades e serviços essenciais, dentre as quais estão os serviços da assistência social no atendimento à população em estado de vulnerabilidade.

Reafirma-se a natureza essencial da política de proteção social do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) considerada uma proteção pública imprescindível que tem mudado a vida de muitos brasileiros, sobretudo diante do cenário de crise, desmonte de direitos e em tempos de pandemia que agrava as vulnerabilidades da população desprotegida.

Apesar do conceito chave da Assistência Social ser a Proteção Social, o que se observa em muitos municípios brasileiros é o descaso com a execução dos serviços de proteção social onde se destaca, principalmente a falta de infraestrutura, de pessoal e de recursos para o atendimento e acompanhamentos dos usuários do SUAS.

Nos municípios amazônicos em que a proteção social tem que abranger “etnias e agrupamentos culturais e ocupacionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros, etc) como coletivos sujeitos de direitos e suas culturas como protagonistas da história de resistência da Amazônia” (TEIXEIRA, 2013, p.190), o desafio em fazer acontecer os serviços de proteção social, é maior.

A falta do poder público em áreas de difícil acesso implica na intensificação de vulnerabilidades e desproteção, colocando em risco a vida de populações específicas, ainda mais, durante a pandemia, momento em que muitos ribeirinhos e demais populações

amazônidas, sem apoio, deslocam-se em busca de alimentos e acessos que viabilizem atendimentos e ao retornarem às suas localidades há a possibilidade de levarem o vírus também.

Em tempos de pandemia a Política de Assistência Social é requisitada a intensificar suas ações. Esta política sempre foi necessária aos seus usuários, principalmente na garantia da sobrevivência de vários segmentos de trabalhadores e grupos sociais deste país, como os desempregados, a população de rua, os indígenas, os quilombolas, ribeirinhos, agricultores, dentre outros sujeitos que têm a assistência social como uma via de acesso à serviços, programas, benefícios e demais políticas setoriais.

Em relação ao grupo dos desempregados, desde março de 2020, com a divulgação da pandemia da covid-19, o Brasil tem perdido postos de trabalho, lançando muitos trabalhadores, sobretudo os precarizados em situações de vulnerabilidades.

Castel (1998), ao interpretar a vulnerabilidade sob a perspectiva da precarização do trabalho, afirma que ao ocorrer a perda de hegemonia do contrato formal de trabalho, o trabalhador é encaminhado a uma situação de vulnerabilidade social que alimenta o desemprego e a desfiliação.

Nesse sentido, o desemprego tem mudado o perfil de muitos trabalhadores, que sem ter como pagar o aluguel e sem conseguir trabalho durante a pandemia vivenciam o drama em se tornarem moradores de rua. Assim como a pandemia tem intensificado o grau de vulnerabilidade e risco da população que já vive a mais tempo na rua.

A população em situação de rua chegou a quase 222 mil brasileiros em março de 2020, e tende a aumentar com a crise econômica acentuada pela pandemia da Covid-19. Entre as pessoas sem moradia estão os desempregados e trabalhadores informais, como guardadores de carros e vendedores ambulantes (NATALINO, 2020).

De acordo com os dados do Relatório de Informações Sociais do Ministério de Desenvolvimento Social, referente ao Bolsa Família e Cadastro Único, o estado do Amazonas apresentou até agosto de 2020 o total de 794 famílias em situação de rua cadastradas no Banco de Dados do Cadastro Único e 587 beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Assim como os moradores de rua, outros grupos populacionais específicos e tradicionais no Amazonas tiveram fortes impactos sociais e econômicos com a pandemia e tem como alternativa de renda, o Programa Bolsa Família que possui uma agenda de integração com o Sistema Único de Assistência Social.

Os indígenas somavam 43.853 no Cadastro Único e 34.860 no Bolsa Família; os agricultores eram 75.133 no Cadastro Único e 56.503 no Programa Bolsa Família; os ribeirinhos representavam 15.439 cadastrados e 12.482 no Bolsa Família; já os pescadores somam 15.439 cadastrados e 12.482 beneficiários do Bolsa Família, no estado do Amazonas, até o mês de agosto de 2020 (MDS, RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, 2020).

Esses dados revelam o quanto é necessário o Programa Bolsa Família às famílias vulneráveis do interior do estado. A vida na floresta traz desafios aos seus moradores que ainda enfrentam a omissão do poder público e a fragilidade do sistema de proteção social, comprometendo os direitos de cidadania da população.

Diante do grave contexto da pandemia provocada pelo novo Coronavírus, aliado à estagnação econômica, ao desmonte dos sistemas de saúde e da proteção social aos mais vulneráveis, a população interiorana vem sofrendo fortemente os impactos da nova realidade com a aceleração da pobreza e intensificação das desigualdades sociais.

Destaca-se também, dentre os grupos mais vulneráveis, os catadores de materiais recicláveis que no Cadastro Único até agosto somavam 8.446 e no Bolsa Família eram 6.880 beneficiários no Amazonas (MDS, RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, 2020).

Durante a pandemia da covid-19 muitos catadores de materiais recicláveis suspenderam as atividades por receio de contrair a doença, principalmente as que têm idade mais avançada, sendo pertencentes ao grupo de risco. Assim, tanto os catadores pertencentes às cooperativas, como os que atuam de forma independente, têm sofrido impactos financeiros diante do fechamento das cooperativas e das normas de isolamento social adotadas como medida de contenção da circulação do vírus.

Sem renda e sem auxílio, os catadores se deparam com a falta de assistência governamental, intensificando seu grau de vulnerabilidade. Para os que têm Bolsa Família, ela se torna a principal fonte de renda, já os que não estão no Programa se mantêm a partir de doações quando estas existem por meio de campanhas solidárias ou ações emergenciais.

Desassistidos pelo Estado e diante da retirada de muitos direitos importantes para o desenvolvimento das famílias e indivíduos, estas vivem em um contexto de fragilidade social que se intensifica nas famílias extensas.

Diante da maior crise sanitária mundial da nossa época, é preciso também assegurar que a proteção social de mulheres e homens em situação de vulnerabilidade social estejam no centro da resposta dos governos frente à urgência vital dos efeitos sociais da pandemia. Não podemos esquecer que as consequências da Covid-19 são agravadas de acordo com a renda, a localização, o gênero, e a raça/cor das pessoas (CAMPOS, 2020, p.68).

As famílias, pobres e vulneráveis, necessitam de uma efetiva rede de proteção social, pois a pobreza e as vulnerabilidades destas se agravam quando a provisão dos serviços públicos se apresenta de forma precária e não podem se quer contar com uma rede de proteção pública que viabilize o seu acesso aos serviços sociais básicos e de infraestrutura (YAZBEK, 2008).

Compreender o cotidiano das famílias Catadores de Material Reciclável, significa retratar a necessidade de sobrevivência, são trabalhadores que buscam na coleta de material reciclável a superação das adversidades apresentadas em seu contexto de vida, resultante de uma conjuntura de desigualdade e pobreza.

A pandemia do novo Coronavírus revelou a intensidade das dimensões da desigualdade no Brasil, indicando as injustiças sociais, deixando claro a problemática do acesso à saúde, ao alimento, às tecnologias, à educação, à renda, à informação, ao saneamento básico, entre outras dimensões importantes diante da crise sanitária.

O alimento que é uma necessidade essencial de sobrevivência, fez com que muitos indivíduos deixassem o isolamento social para obtê-lo, pois conforme Marx e Engels (2007, p.33), “os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, precisam-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais”.

A alimentação, a moradia, a saúde, são inerentes à essencialidade humana, durante a pandemia muitas famílias e indivíduos se deparam com a falta desses direitos sociais básicos que compõem o artigo 6º da Constituição Federal de 1988.

Apesar da alimentação ser um elemento de sobrevivência, os dados do IBGE (2020), apontam a insegurança alimentar existente nos domicílios brasileiros no período de 2017 a 2018, apresentando a sua manifestação mais intensa, de forma grave, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste.

No Brasil há 10 milhões de pessoas que vivenciam a insegurança alimentar, a Região Norte alcançou uma média de 10,2, tendo seu número cinco vezes maior que a Região Sul que apresentou a média de 2,2 da insegurança alimentar grave. No Nordeste a média foi de 7,1 ficando em segundo lugar na média nacional, no Centro-Oeste a média foi de 4,4 e no Sudeste a média ficou em 2,9 (IBGE, PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 2017-2018, 2020).

Diante da insegurança alimentar crescente, o auxílio emergencial do Governo Federal se faz de grande importância para essa parcela da população que vivencia altos níveis de vulnerabilidades. Para Natalino e Pinheiro (2020) é possível suprir as necessidades básicas de um núcleo familiar com o auxílio emergencial. Mas ele não é suficiente para cobrir outras vulnerabilidades, como o desabrigo, doenças crônicas dos grupos de risco, entre outras. “O acesso a cuidados contínuos de saúde e condições de vida adequadas são um desafio diário para as populações pobres e vulneráveis” (p.10).

Diante da pandemia da covid-19 as desigualdades se mostram ainda mais claras, os efeitos da pandemia são sentidos de forma intensa pelos mais pobres e vulneráveis, sendo necessária ações adequadas que possam garantir-lhes proteção.

### **3 | AÇÕES SOCIAIS EMERGENCIAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19**

As desproteções têm se tornado notórias em tempos de pandemia da covid-19, gerando desafios ao sistema de proteção social brasileiro em um cenário de aumento da insegurança alimentar grave (fome) e do desemprego que atingiu 14 milhões de trabalhadores até a quarta semana de setembro de 2020.

Desse modo, a proteção social na perspectiva de proteger o cidadão contra os efeitos da pandemia, deve dar condições de acesso, efetivar os direitos garantidos em lei, desburocratizar os serviços públicos, para que vulnerabilidades já existentes não se intensifiquem.

No Amazonas, a Secretaria de Estado da Assistência Social (Seas), a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc) e o Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (FPS), têm conduzido ações de proteção aos mais vulneráveis.

A partir do Decreto N.º 42.176, de 08 de abril de 2020, o Governo do Estado do Amazonas autorizou a concessão de benefício eventual – para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene e limpeza, considerando a pandemia do novo Coronavírus, de caráter provisório – às famílias em situação de extrema vulnerabilidade social inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, enquadrado nos critérios de população de extrema pobreza, com renda per capita mensal de até R\$ 89,00 (oitenta e nove reais).

Desse modo, durante o período de três meses (abril a junho), foi concedido às famílias identificadas no Cadastro Único em situação de extrema pobreza o benefício eventual que faz parte do programa “Apoio Cidadão” no Amazonas, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene e limpeza, de caráter provisório, o valor de R\$200,00 (duzentos reais) mensais, mediante a concessão de cartão.

Este benefício eventual atingiu 50 mil famílias, sendo 25 mil em Manaus e 25 mil nos demais 61 municípios do Amazonas. Os três depósitos somaram \$600 reais e possibilitou o acesso à produtos da cesta básica, além desse benefício a Seas disponibilizou kits de higiene para idosos de diversos municípios do estado (SEAS, 2020).

O Benefício Eventual (BE) é um direito de cidadania inscrito na Lei Orgânica de Assistência Social, destinada também às situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

São responsabilidades do poder público garantir que sua oferta seja continuada e ser capaz de lidar com agilidade e presteza nas situações de vulnerabilidade temporária. Conforme a sua regulamentação, novos BEs podem ser criados para o enfrentamento de riscos sociais e eventos inesperados, como desastres e calamidades públicas. Além disso, os BEs por vulnerabilidade temporária devem cobrir, no mínimo, situações de: i) insegurança alimentar; ii) falta de documentação; e iii) falta de domicílio. (SILVA, NATALINO, PINHEIRO, 2020, p.12).

Não existe um benefício eventual específico para situações de calamidades e emergências. A questão alimentícia, o pagamento de aluguel e demais concessões podem ocorrer conforme necessidades e demandas dos requerentes, a partir da realidade local. É um benefício complementar e provisório para atender às necessidades específicas.

A crise sanitária apontou a importância dos benefícios eventuais para a sociedade, são direitos que precisam ser defendidos diante das intensas regressões sociais da conjuntura de avanço neoliberal.

Diante do desenvolvimento do capitalismo, sob a hegemonia neoliberal, há um número cada vez maior de pessoas excluídas dos direitos sociais básicos, como educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança e outros, e até mesmo dos direitos humanos, como é o caso da população em situação de rua, relegados à invisibilidade (PAIVA et al, 2016).

A população em situação de rua se viu em um abismo social diante das medidas sanitárias de isolamento, distanciamento social e higiene, para contenção da Covid-19, necessitando de uma rede de apoio tanto governamental, como não governamental.

Desde o momento em que foi decretado o estado de calamidade pública no Amazonas devido à pandemia do novo Coronavírus, foi criada em Manaus uma base emergencial de acolhimento provisório na Arena Amadeu Teixeira para atendimento à população em situação de rua com acolhimento e a oferta de alimentação, sendo disponibilizadas três refeições (café, almoço e janta) e higienização (banhos com trocas de roupas). Além da Arena, mais três bases serviram de acolhimento como estratégia de prevenção da covid-19, que também disponibilizaram atendimento psicológico, psicossocial e médico (JORNAL ACRÍTICA, 2020).

Os espaços públicos adaptados como a Arena e escolas para atender à população em situação de rua, com oferta de serviços e alimentação, estão sendo essenciais para o enfrentamento da covid-19. Contudo, há outras dificuldades que precisam de intervenção da rede de apoio e de ações que promovam a emancipação e inclusão social desse segmento populacional.

A população em situação de rua sofre em seu cotidiano com as dificuldades de acesso às políticas públicas devido a falta de documentação, endereço, desconhecimento da rede, ou até mesmo o preconceito. Esses obstáculos podem ser agravados em um contexto de pandemia, momento em que há a redução da oferta de serviços públicos ou a realização apenas de atendimento remoto, o que requer ações e medidas específicas a esse segmento populacional.

Para Pinheiro e Possas (2018), o desafio das políticas públicas para 'pessoas em situação de rua' é ultrapassar estigmas, discriminações e preconceitos dos discursos que naturalizam e legitimam ações violentas ainda que simbolicamente, contra elas.

De acordo com a diretora do Departamento de Proteção Social da SEAS em entrevista para o Jornal Acrítica (2020), até julho de 2020 foram disponibilizados 802 acolhimentos à população em situação de rua e um total de 139.370 refeições. A segurança alimentar foi fundamental para garantir a proteção desse público vulnerável diante da pandemia.

Os registros da SEAS, ainda apontam que não foi notificado nenhum caso de covid-19 nas bases emergenciais de acolhimento provisório, além de 16 pessoas saírem empregadas das bases de acolhimento e cerca de 20% já retornaram aos trabalhos formais ou informais, garantindo renda a essa população que se encontrava em situação de extrema vulnerabilidade social.

Esse dado da empregabilidade por intermédio da SEAS, indica que a inclusão produtiva pode ser considerada um caminho para emancipação às pessoas em situação de rua, como uma forma de resgatar o pertencimento na sociedade contemporânea. Os serviços ofertados a esse segmento populacional devem trabalhar as suas singularidades e despertar a sua capacidade de agente histórico que tem potencial, e se tiver oportunidades das políticas públicas, poderá aperfeiçoar as habilidades existentes e aproveitar as possibilidades que poderão se apresentar.

As pessoas que vivem em situação de rua, geralmente sofrem todas as formas de violação de seus direitos humanos, a necessidade de viver nas ruas faz com que sejam criadas alternativas de sobrevivência e de transformação da realidade que se apresenta a cada dia, haja vista que poucas alternativas produtivas restam para a população que sobrevive das ruas (COSTA, 2005).

Outro canal importante de viabilização de direitos é o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) da prefeitura municipal, que oferta café da manhã e almoço, com capacidade para atendimento a 80 pessoas.

Esse centro de amparo e proteção social tem o objetivo de reverter o quadro de vulnerabilidades da população de rua com o regate da autoestima e reinserção social, além de encaminhamentos a rede socioassistencial e intersetorial. Porém, “mesmo com todo o esforço no sentido de ofertar serviços e equipamentos socioassistenciais o estado ainda não conseguiu ajustar suas ações para a população de pessoas em situação de rua” (PINHEIRO E POSSAS, 2018, p.42).

Os serviços assistências durante o período da pandemia prevaleceram tanto com ações do estado, como da prefeitura de Manaus. A prefeitura manteve em funcionamento seis cozinhas comunitárias que no momento da pandemia passaram a utilizar o sistema de ‘quentinhas’ (marmitas), ampliando de 1.000 para 1.800 refeições por dia para pessoas em vulnerabilidade social ou em situação de rua. Outro equipamento de segurança alimentar municipal é o Restaurante Popular, onde são servidas 500 refeições diárias, de segunda a sexta-feira, no valor de \$1,00.

Estas ações sociais emergenciais e as transferências de renda aos mais vulneráveis têm contribuído para minimizar os impactos do novo Coronavírus, porém a realidade exige também de forma urgente ações de políticas públicas eficazes e efetivas.

O tratamento das políticas sociais, no atual cenário, tem revelado a redução do papel do Estado na área social e sua ampliação para o atendimento das demandas do capital, colocando em risco a sobrevivência, principalmente dos mais vulneráveis.

A garantia de acesso a benefícios essenciais como alimentação, medicamentos, transporte, entre outros, torna-se vital diante do agravamento das vulnerabilidades sociais, todavia, a população desprotegida socialmente também precisa ser fortalecida enquanto sujeito de direitos, e não somente de carências.

Possibilitar oportunidades e o acesso às políticas e serviços públicos, com certeza permitirá melhorias na qualidade de vida da população e superação de determinadas vulnerabilidades. A pandemia apontou a essencialidade dos serviços públicos, gratuitos e universais, assinalando a reflexão para o período pós-pandemia com a garantia de acesso aos direitos sociais.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações econômicas e sociais em curso impulsionadas pelo impacto da mundialização do capital e aliada à crise sanitária do novo Coronavírus, têm promovido o desemprego em massa, a intensificação da precarização do trabalho em escala global e a intensificação das desigualdades sociais.

Com o avanço do capitalismo financeiro e a subsunção real do trabalho ao capital, as mazelas sociais somam-se de diferentes formas e situação, seja na fome que se generalizou, na falta de água potável, no desemprego, na pobreza e outras situações sociais que passaram a ser tratadas de certa forma como algo “natural”.

A reprodução da vida sob o capitalismo tensiona mudanças na esfera da vida social, apresentando um cenário em que muitos nem se quer tem a possibilidade de escolher, mas de se submeter diante de qualquer oferta seja de trabalho ou de atendimento de alguma necessidade, principalmente neste momento de pandemia.

Diante da propagação do novo Coronavírus a Organização Mundial da Saúde recomendou o isolamento social para quem não estivesse na linha de frente no combate ao vírus, algumas empresas não essenciais não obedeceram à orientação e seguiram a lógica da extrema direita de desconsiderar os riscos sanitários e garantir a manutenção da atividade econômica, expondo seus funcionários ao risco de contaminação da covid-19.

Além da negação das recomendações da Organização Mundial da Saúde para o enfrentamento da pandemia por alguns setores da sociedade brasileira, o governo federal não criou condições em tempo hábil de ações governamentais de proteção que possibilitassem a manutenção da condição de vida da população diante da pandemia. A medida do auxílio emergencial iniciou de forma tardia e cheia de polêmicas.

A pandemia colocou uma lente de aumento nas desigualdades já existentes, tornando mais evidentes os graves problemas estruturais do Brasil. Muitos brasileiros não tiveram acesso ao auxílio emergencial do governo federal por não terem acesso às tecnologias, internet ou por não terem os documentos civis exigidos. Do mesmo modo ocorreu no campo da educação, em que muitos estudantes não tiveram acesso à internet e instrumentos tecnológicos para as aulas remotas, além da desigualdade em outros aspectos.

Desse modo, as medidas emergenciais adotadas pelo governo estadual e municipal fizeram uma grande diferença na vida das pessoas e famílias mais vulneráveis no estado do Amazonas. O benefício eventual oferecido às famílias vulneráveis, os restaurantes

populares, o acolhimento às pessoas em situação de rua, estão sendo fundamentais para a manutenção da vida, contudo, compreende-se que a área social necessitará de investimentos pós-pandemia para atender às necessidades da população, haja vista a possível demora na recuperação da economia brasileira.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Editora Cortez, versão oficial, 2004.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poletí. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CAMPOS, Daniel de Souza. **O Cadastro Único na Pandemia do Coronavírus**: Panorama da (des) proteção social. In: Em tempos de pandemia, proposta para defesa da vida e de direitos sociais. Elaine Moreira, Raquel Gouveia, et. all (ORG.), Rio de Janeiro UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Escola de Serviço Social, 2020.

COSTA, Ana Paula Motta. **População em situação de rua**: contextualização e caracterização. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 4, dez. 2005.

**DECRETO N.º 42.176**, de 08 de abril de 2020. In: Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, quarta-feira, 08 de abril de 2020 | Poder Executivo - Seção II | Pág 3.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil**/ Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-conceitos-e-metodos>. Acesso em: agosto de 2020.

IBGE/PNAD COVID19. **Desemprego atinge 14 milhões de pessoas na quarta semana de setembro**. In: [agenciadenoticias.ibge.gov.br](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br). Acesso em 28 de outubro de 2020.

Jornal Acrítica Online. **Abrigos para pessoas em situação de rua viabilizam empregos, moradia e reabilitação**. Manaus, 15 de julho de 20. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/abrigos-para-pessoas-em-situacao-de-rua-viabilizam-empregos-moradia-e-reabilitacao>. Acesso em 04 de outubro de 2020.

LIMA, Max; LEÃO, Jeremias Celso Cabral; DIAS, Silvia; SILVA, STEINMETZ, Diego da; W. Alexander; COSTA, José Mir; BITAR, Sandro; DUCZMAL, Luiz H; ALMEIDA Alexandre Celestino L. **Curva de Contaminação COVID-19 Estado do Amazonas**. In: Relatório Técnico: Resposta ao OFÍCIO N.º 0174/2020-GP/FAPEAM. UFAM: Manaus, 14 de maio de 2020.

MDS. **Relatório de Informações Sociais Bolsa Família e Cadastro Único**. In: [aplicacoes.mds.gov.br/sagi/geral](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/geral). Acesso em 02 de outubro de 2020.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução: Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano – São Paulo: Boitempo, 2007.

NATALINO, Marco. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**. In: Ipea, nº73, junho de 2020.

PAIVA, Irismar Karla Sarmiento de; LIRA, Cindy Damaris Gomes; JUSTINO, Jéssica Micaele Rebouças; MIRANDA, Moêmia Gomes de Oliveira; SARAIVA, Ana Karinne de Moura. **Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática**. In: Ciência e Saúde Coletiva, 2016.

PINHEIRO, Zuleika de Andrade; POSSAS, Lídia Maria Vianna Câmara. **CENTRO POP**: quando uma política pública incomoda. Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília, Marília, v.4, n.1, p. 35-54, Jan./Jun., 2018.

SEAS. **Carta de Serviços da Secretaria de Estado de Assistência Social**. Governo do Estado do Amazonas, 2020.

SES. <http://www.coronavirus.amazonas.am.gov.br>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

SILVA, Tatiana Dias; NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina Brito. **População em situação de rua em tempos de pandemia**: um levantamento de medidas municipais emergenciais. In: Ipea, nº74, junho de 2020.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **A Amazônia e a interface com o SUAS**. Coletânea de Artigos Comemorativos dos vinte anos da Lei Orgânica da Assistência Social/Organizadores: José Ferreira da Crus... [et al].-Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome-1ªed- Brasília: MDS. 2013.

YAZBEK, **Estado, Políticas Sociais e implementação do SUAS**. In: Brasil, Capacitasuas, 2008.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ação Coletiva 13, 14, 16, 17, 18, 21, 22, 24, 25

### B

Bioética 26, 27, 28, 29, 30, 31

### C

Comunidade 16, 22, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 49, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 91, 96

### D

Direito 7, 12, 16, 17, 20, 21, 22, 24, 41, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 69, 70, 76, 90, 92

Diversidade 74, 90, 91, 94, 95, 96

Docente 95, 99, 101, 104, 106, 107, 108, 109

### E

Emergencial 1, 2, 6, 8, 10, 19

Escola / Escolar / Escolas 8, 11, 21, 40, 41, 86, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98

Estado 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 18, 33, 35, 40, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 60, 63, 68, 69, 70, 75, 78, 80, 81, 83, 86, 87, 88, 90, 91, 94, 98

Esvaziamento Rural 32

### G

Gênero 5, 56, 84, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

### I

Infantil 79, 80, 81, 88

Irrigação 32, 33, 37, 41, 42, 44

### L

Lugar 1, 6, 13, 14, 16, 17, 20, 21, 24, 25, 47, 66, 68, 70, 71, 73, 75, 96, 97, 102, 105, 106

### M

Movimentos Sociais 13, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 25, 68, 95

### P

Pandemia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 87

Política 3, 4, 11, 12, 14, 16, 20, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 37, 39, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 57, 58, 61, 63, 65, 70, 75, 90, 91, 93, 99, 110

População em Situação de Rua 4, 8, 9, 11, 12, 27, 28, 29, 30, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64

Proteção 1, 3, 8, 22

Proteção Social 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 50

Psicologia 63, 65, 66, 67, 68, 75, 76, 77

## **R**

Resíduos 13, 14, 15, 16, 18, 21, 22, 23, 24

## **S**

Saúde 1, 2, 5, 6, 8, 10, 12, 18, 19, 23, 26, 29, 30, 31, 33, 34, 41, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 71, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 84, 86, 87, 88, 89, 91, 110

Sequeiro 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 43

Serviço Social 11, 99, 110

Supervisão 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108

## **T**

Tortura 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86

## **V**

Violência 24, 43, 47, 52, 65, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 92, 94, 96, 97, 98, 110

Vulnerabilidade 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 53, 56, 60, 63, 78, 80



# **Demandas Sociais do Brasil Contemporâneo**

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

**Ano 2021**



# Demandas Sociais do Brasil Contemporâneo

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2021